



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

CONTRIBUIÇÕES DA PRODUÇÃO INTELECTUAL DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE RACISMO

SABRINA SANTANA DA SILVA ¹
ESTHER LUÍZA DE SOUZA LEMOS ²

RESUMO: O presente artigo é resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC que investigou qual a concepção de racismo está presente na produção intelectual de assistentes sociais no Brasil. A partir de pesquisa bibliográfica em publicações de oito revistas qualificadas pela área do Serviço Social, com artigos disponíveis online, objetivou analisar a concepção de racismo estrutural. O conteúdo, periodicidade, autores(as) e referências utilizadas nos respectivos artigos evidenciaram o aumento da produção intelectual sobre a temática na área desde 2010. Quanto aos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos a maioria possuem abordagem histórico-crítica.

PALAVRAS-CHAVES: Racismo Estrutural, Produção Intelectual, Serviço Social.

ABSTRACT: This article is the result of a Course Completion Work - TCC that investigated which conception of racism is present in the intellectual production of social workers in Brazil. Based on bibliographic research in publications of eight magazines qualified by the Social Work area, with articles available online, it aimed to analyze the conception of structural racism. The content, periodicity, authors and references used in the respective articles showed the increase in intellectual

¹Estudante de Graduação. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná - Campus De Toledo

²Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Oeste Do Paraná - Campus De Toledo

production on the subject in the area since 2010. As for the theoretical-methodological and ethical-political foundations, most have a historical-critical approach.

KEY WORDS: Structural Racism, Intellectual Production, Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho refere-se à produção intelectual sobre o racismo no Serviço Social brasileiro. A justificativa desta escolha se deu pelas vivências e experiências que atravessam a existência da mulher negra e particularmente, o acesso à universidade pública, possibilitando o forjar de novas consciências. No contexto da Campanha Nacional do Conjunto CFESS/CRESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas no contexto do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* de Toledo, foram impactadas. Ressaltamos o Projeto de Extensão “Cores da Resistência” que em 2019 promoveu o I Seminário Regional de Combate ao Racismo; a criação da disciplina eletiva Núcleo Temático intitulada “Questão Social”, Racismo e Questão Racial no Brasil” no ano letivo de 2020 e o Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social e Meio Ambiente, espaços nos quais a aproximação ao tema motivou e instigou o aprofundamento do estudo e pesquisa.

Para além da dimensão pessoal, a justificativa da escolha do tema se deu a partir do entendimento do racismo como elemento estrutural da formação socio-histórica brasileira, visto os séculos de escravidão e a perpetuação das desigualdades raciais como elemento essencial à manutenção da ordem capitalista. O racismo mais do que nunca tem se manifestado no cotidiano brasileiro sem disfarces, o que coloca, para aqueles e aquelas compromissados(as) com a sua superação, a necessidade de compreendê-lo e a partir de então construir estratégias que se espraíem e visem o seu enfrentamento.

O Serviço Social, como profissão sujeita ao movimento da realidade, não está alheio a essa demanda, a realidade contraditória se reflete no interior da profissão, tanto na formação como no exercício profissional, o que pode ser percebido na agenda política das entidades representativas da profissão no país, particularmente o Conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS.

É inconteste a necessidade do aprofundamento dos estudos e pesquisas nesse sentido, foi despertado o interesse por conhecer a produção intelectual que se debruça sobre o racismo

no Brasil a partir dos periódicos da área. Existe produção de assistentes sociais sobre o tema? O que pensam? A produção aumentou ou não frente à realidade? A partir destes questionamentos e aproximações, a pesquisa teve como base o seguinte problema: qual concepção de racismo está presente na produção intelectual de assistentes sociais no Brasil?

Como o objetivo geral buscou-se analisar, a partir de periódicos qualificados na área, a concepção de racismo presente na produção intelectual de assistentes sociais. Entre os específicos buscou-se expor a particularidade socio-histórica da formação social, econômica, política do capitalismo no Brasil e sua relação com o racismo; estudar socio-historicamente o racismo como um elemento estrutural; e identificar as publicações acerca do racismo nos periódicos de Serviço Social.

Para responder este problema foram realizadas diferentes etapas constitutivas da pesquisa bibliográfica apresentadas por Lima e Mioto (2007). Foi realizado levantamento bibliográfico para compor o universo da pesquisa que se deu através da escolha de oito revistas da área do Serviço Social classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como Qualis A1, A2, e B1, no quadriênio 2013 – 2016, de diferentes regiões do país para contemplar o território nacional.

Sendo elas, da região sudeste a *Revista Serviço Social e Sociedade* (São Paulo – A1); *Em Pauta* (Rio de Janeiro – A2) e *Argumentum* (Espírito Santo – A2); da região sul a *Revista Katalysis* (Santa Catarina – A1) e a *Textos e Contextos* (Rio Grande do Sul – A1); da região centro-oeste a *Revista Ser Social* e a *Temporalis* (Brasília, A2 E B1 respectivamente); e do Nordeste a *Revista de Políticas Públicas* (Maranhão – A2). Na região norte não foi encontrado periódico da área qualificado pela CAPES. A escolha pelos periódicos se deu pela periodicidade e disponibilidade, no sentido de que as publicações expressam com mais nitidez o cenário político e social do movimento da realidade que vem sendo discutido pela profissão e possibilidade de acesso *online* na internet, viabilizando a pesquisa.

O descritor escolhido para pesquisa de publicações nos periódicos foi “racismo”, encontrando-se um total de 74 artigos científicos³. Com relação à cronologia destes artigos, 10 foram publicados até o ano de 2015. O primeiro artigo publicado nas revistas pesquisadas foi no ano de 2010, e desde então pode se considerar um *boom* de publicações no ano de 2018 com 22 artigos, um ano após o lançamento da campanha do

³Segundo Dias (2015), até 2010 a temática étnico-racial possui uma baixa produção na área, apresentando apenas três artigos que foram publicados nos números 79 (2004), 81 (2005) e 99 (2009) da *Revista Serviço Social & Sociedade*.

Conjunto CFESS/CRESS “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. Neste período registra-se o assassinato da vereadora Marielle Franco e momento em que a direita reacionária chegou ao poder. O ano de 2020 é o segundo em números, com 18 publicações, além de ser o período em que se iniciou a pandemia do Coronavírus, foi o ano em que o assassinato cruel e estatal de George Floyd deu início ao movimento mundial Vidas Negras Importam. Em outros termos, a profissão tem debatido e se debruçado sobre uma requisição que a própria realidade coloca, porém, na particularidade brasileira, essa requisição data de muito tempo!

Tendo em vista o universo de 74 artigos, foram aplicados os critérios de delimitação de amostra. O primeiro foi identificar os(as) autores (as) que mais publicaram sobre o tema racismo durante esse período. Entendeu-se que não se deveria limitar somente às e aos autores(as) que mais publicaram, então foi escolhido dar prioridade para autores(as) que publicaram os artigos individualmente para compreender a concepção específica de cada autor(a). Dos 74 artigos publicados totalizam-se 94 autores(as), 29 deles foram publicados em conjunto e 35 artigos foram publicados individualmente.

O reconhecimento do material bibliográfico se deu a partir da leitura do resumo de todos os artigos para identificar quais deles respondia ao problema. Dessa forma chegou-se à delimitação de 16 artigos, escritos por 14 autores(as) diferentes, 3 desses artigos foram escritos em dupla e os outros 13 foram escritos individualmente. Por mais que a prioridade fosse os artigos com autoria individual, percebeu-se que os conteúdos desses 3 artigos eram relevantes para responder ao problema de pesquisa. A leitura dos 16 artigos foi seguida pelo fichamento de cada um deles individualmente. Esse fichamento foi direcionado para a construção de dois eixos categoriais. No primeiro se concentrou todas as citações que diziam respeito a concepção dos (as) autores(as) sobre racismo e no segundo as particularidades socio-históricas que os(as) mesmos(as) utilizam para explicar essa concepção. Em cada um desses eixos, foi realizado um processo de categorização que permitiu encontrar categorias comuns que deram base para análise realizada na pesquisa. A seguir serão apresentados os conteúdos desenvolvidos no estudo e pesquisa realizada.

2 O CHÃO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para compreender as particularidades socio-históricas da formação social, econômica e política do Brasil, é essencial desvendar a constituição do capitalismo no país. Ao mesmo tempo, se faz necessário esclarecer sua relação direta com o racismo, tendo em vista que existem análises que não relacionam a intrínseca unidade da questão étnico-racial no

processo de produção e reprodução das relações sociais.

A colonização do Brasil por Portugal faz parte de um processo mundial expresso na acumulação primitiva do capital, no qual o racismo proporcionou ao capitalismo o seu impulsionamento, dinamização e mundialização. Como parte sistema econômico mundial, a colonização de determinados países considerados “primitivos” promoveu o enriquecimento dos países europeus. O sequestro e tráfico de seres humanos do continente africano para que estes servissem como mão de obra escravizada nas colônias foi um processo de constante desumanização e violência bruta (GOÉS, 2021). Esses processos de espoliação e aviltamento foram possibilitados pela construção de justificativas que tem como base a noção de raça.

Aqui compreendemos que a noção de raça, por mais que não existe no seu sentido biológico, constituiu-se historicamente com sentido político, econômico e cultural. O momento histórico do Iluminismo se caracterizou como o período em que os seres humanos começam a pensar sobre si mesmos. Contraditoriamente, um dos resultados desse novo fundamento filosófico foi o estabelecimento de ferramentas que possibilitassem comparar, classificar e posteriormente hierarquizar os seres humanos com base em suas características culturais, físicas e regionais. Ideologicamente, construiu-se a base para a hierarquização de “raças”, tendo o modelo europeu como melhor, civilizado, adequado e puro. A “raça” então passa a ser a tecnologia utilizada para subjugar e destruir povos das Américas, Ásia, África e Oceania. Com respaldo científico, são espalhadas as ideias de que é o nível de brancura que determina aquilo que é humano ou não (ALMEIDA, 2018).

Na particularidade brasileira, vale ressaltar que o sentido da colonização e mentalidade escravista determinou as relações sociais que foram sendo engendradas. Nesse contexto, a escravização se revigorou como um negócio lucrativo que durou oficialmente 353 anos no Brasil.

Assim, foi firmado o terreno que fez do racismo um elemento estrutural na formação social brasileira, toda dinâmica das relações sociais eram produzidas e reproduzidas pelo modo de produção escravista tendo a população negra estava presente em todos os ofícios (MOURA, 2014). Esse escravismo pleno só começou a sofrer constrangimentos quando as limitações à reposição da população escravizada se evidenciou.

A perpetuação do trabalho escravizado em um contexto de pressão externa da Inglaterra para universalização do trabalho assalariado, fez com que se cruzassem as exigências de relações capitalistas com um país movido a base da escravização, gerando a criação de estratégias que forjaram uma transição conservadora para o trabalho livre (SILVA, 2021).

A instauração do capitalismo no Brasil não foi iniciada por um processo revolucionário da classe burguesa como na Europa, ao contrário disso, a classe dominante no período de escravização se manteve a mesma na passagem para o trabalho assalariado. Essa modernização conservadora não tocou nos interesses e privilégios dos senhores e legou ao país um processo de subdesenvolvimento que perdura até os dias de hoje (MOURA, 2014). A população negra mesmo formalmente livre não foi integrada na nova dinâmica do país, além de carregar a culpa pela própria situação, foi colocada intencionalmente à margem, sem acesso ou garantia a qualquer vislumbre de direito social, humano ou político. O modo pelo qual a relação de trabalho assalariado se constitui no Brasil foi moldado e estruturado pela necessidade de imobilizar socialmente a população negra.

O preconceito de cor passou a ser dinamizado na sociedade, pelo Estado, pela literatura e pela ciência. O mito da incapacidade da população negra para o trabalho assalariado passou a ser a base para justificar a imigração europeia como forma de substituir um tipo de trabalhador por outro. Nessa lógica, os imigrantes europeus viriam contribuir não só com a sua força de trabalho, mas com sua cultura, costumes, religião e superioridade étnica.

Em outros termos, existia um projeto de branqueamento para essa nova fase de desenvolvimento do Brasil, tanto pela necessidade de se adequar aos moldes europeus como pelo temor da classe trabalhadora que havia sido escravizada. Nesse sentido, na particularidade brasileira, a divisão social do trabalho se articula intrinsecamente a uma divisão racial, pois a "raça" também vai exercer um papel na forma pela qual as relações de trabalho vão se organizar, isso por que [...] tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição (MOURA, 1988, p.72).

Tais determinações não ficaram no passado. O Brasil historicamente foi "vendido" como a maior democracia racial do mundo mesmo tendo sido o último país a abolir a escravidão. Aqui, a miscigenação serviu ideologicamente como um mecanismo representativo de democratização das relações sociais. Esse discurso tem historicamente promovido a omissão do Estado e a legitimação e justificação das desigualdades raciais no país.

Este tem sido um mecanismo que representa a tentativa de des-historicização da formação da sociedade brasileira, como se fosse um processo pacífico e linear no qual as desigualdades raciais tivessem sido eliminadas e a capacidade da construção de bem-estar ficasse a cargo do mérito de cada um. Ignora-se completamente as condições de existência a que foram submetidas, durante quase quatro séculos, a população negra; ignora-se a

inexistência absoluta de dispositivos compensadores que minimamente visassem prevenir a marginalização dessa população no pós-abolição; esconde-se as estratégias de imobilismo social impostas e a inserção precarizada no mercado de trabalho por esta população (SANTOS, 2015).

O racismo, portanto, não se trata de uma mera questão individual ligada ao caráter pessoal ou à moral de uma pessoa, nem se trata de um problema presente somente nas instituições, não é meramente uma expressão da “questão social”. Nem de longe uma invenção da cabeça de pessoas negras que sofrem cotidianamente. Nesta análise, compreendemos, a partir da contribuição de Almeida (2018), que o racismo é estrutural e estruturante das relações sociais no Brasil. Como fenômeno inscrito na totalidade das relações sociais, o racismo se manifesta no âmbito social, econômico, político, cultural, ideológico, jurídico, familiar e subjetivo. As suas diferentes manifestações não devem ser analisadas individualmente desvinculadas da totalidade social, pois não se trata de um fenômeno linear ou imediato, acompanha as transformações sociais ao longo do tempo. Ao se manifestar mundialmente, particulariza-se a depender do contexto em que está inserido. Sendo assim,

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição [...] (ALMEIDA, 2018, p. 33)

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que considerar o racismo um elemento estrutural não significa negar as possibilidades de enfrentamento, até porque as estruturas podem ser transformadas pela ação humana. Transformar as estruturas está intrinsecamente conectado à superação da ordem societária vigente, neste sentido inexistente dicotomia entre capitalismo e racismo.

A classe trabalhadora brasileira não é a classe trabalhadora europeia, as bases pelas quais o capitalismo brasileiro se forjou não são as mesmas da formação do capitalismo em outros contextos, o que não quer dizer que não haja determinantes universais no sentido da totalidade. Significa dizer que “o racismo é uma práxis orgânica do capitalismo, que o reforça e consolida seu desenvolvimento” (SANTOS, 2015b, p.13).

Tendo como referência analítica o exposto, cabe refletir então, como o Serviço Social, como área interventiva e de produção de conhecimento (MOTA, 2013), tem tematizado sobre o racismo? A partir do entendimento sobre racismo estrutural e sua imbricação com o

capitalismo, como a produção intelectual incorpora e desenvolve esta concepção? Estas questões juntamente com a questão norteadora da pesquisa orientaram a investigação permitindo uma aproximação ao tema.

3 “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL: E O RACISMO?

A resposta para essa pergunta requisita refletir sobre o processo de institucionalização da profissão nos marcos da modernização conservadora. Nascendo no contexto do capitalismo monopolista (NETTO, 1992), desde sua origem, no país e no mundo, a profissão se institucionalizou respondendo às necessidades contraditórias e antagônicas do capital e do trabalho.

Para Oliveira (2019) a intervenção profissional estava marcada pela construção da “ideologia do trabalho” para a classe trabalhadora, a defesa de um projeto de família que atendesse as necessidades do capital e a adoção de uma racionalidade eugênica. Essa racionalidade eugênica estava presente na interpretação do social a partir de fenótipos, o que explicava e justificava certos lugares sociais para certas camadas da população. Por mais que não seja do interesse principal do autor demonstrar se o Serviço Social reproduzia ou não o ideário racista à época, ele faz apontamentos que indicam

[...] que o longo silenciamento dessa profissão em relação a questão racial é elucidativa da infiltração sutil da racionalidade eugênica que permitiu, tardiamente, que o racismo não fosse considerado ou, que no limite, fosse tomado apenas como expressão da questão social (OLIVEIRA, 2019, p. 288).

Essas expressões, consideradas como objeto de intervenção da profissão, se constituíram no capitalismo em sua fase monopolista, quando os constrangimentos inerentes à acumulação e valorização do capital; a consolidação e amadurecimento do movimento operário e a necessidade de manutenção da força de trabalho fazem com que a burguesia capture o poder extra econômico para que este garanta seus objetivos econômicos. Nesse contexto, o Estado imbrica suas funções econômicas e políticas para atuar como comitê executivo da burguesia. Dentre as mais variadas funções que o Estado realiza, uma delas está em empenhar esforços para camuflar a luta de classes e garantir a coesão necessária. Assim, todas as problemáticas e desigualdades causadas pela forma como o modo de produção se organiza, baseado na exploração do trabalho de uma classe sobre outra, passam a ser enfrentadas pelo Estado como se fossem problemáticas particulares (NETTO, 1992).

Em outros termos, as demandas da classe trabalhadora passam a ser respondidas, o que

dá legitimidade ao Estado e garante a reprodução do capital, mas a chamada “questão social” – relação contraditória e antagônica entre capital e trabalho – é enfrentada de forma fragmentada e individualizada para que a ordem burguesa não seja colocada em xeque.

O Estado ao se tornar o responsável por responder as expressões da “questão social” – tanto para garantir a manutenção da força de trabalho para o capital, como para responder as demandas da classe trabalhadora – passa a atuar na perspectiva pública e privada, ora responsabilizando os indivíduos pelos rumos de seu destino ora se responsabilizando como seu proporcionador, a partir da lógica do favor. A concretização desse enfrentamento se dá quando, pressionado, o Estado passa a criar políticas sociais para atender a classe trabalhadora nas suas necessidades. Nesse momento nasceu o espaço socio-histórico, as políticas sociais como mercado de trabalho que possibilitou a criação do Serviço Social como profissão. Surgiu a necessidade de um agente para executá-las, esse agente historicamente foi/é o/a assistente social, profissional que se insere numa relação de assalariamento (NETTO, 1992).

A profissão por muito tempo reproduziu uma lógica conservadora da ordem societária vigente que também corroborava com o silenciamento sobre o racismo e seus impactos, isso só começa a se alterar com o decorrer do tempo e em contato com as contradições do cotidiano, pois as e os assistentes sociais vão se tornando permeáveis às demandas da classe trabalhadora e a outras perspectivas teórico-metodológicas. Neste sentido, o Movimento de Reconceituação foi central permitindo a emergência de uma nova consciência profissional.

A mudança de postura do Serviço Social em relação a análise das relações raciais data deste mesmo período, quando assistentes sociais negras – vinculadas ao movimento negro – começam a dar visibilidade para a necessidade de pensar a desigualdade racial do país. Essas assistentes sociais lutaram ativamente no contexto de redemocratização e contribuíram com a construção do projeto ético-político da profissão. Também determinaram a constituição da necessidade de uma concepção de luta antirracista na profissão (ALMEIDA; ROCHA; BRANCO, 2019).

Logo, não é à toa que o Código de Ética de 1993 incorpora em seus onze princípios fundamentais o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, a vinculação com a construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero, e o compromisso com o aprimoramento intelectual (CFESS, 1993).

Esses princípios, não exclusivamente, se conectam diretamente com o compromisso de combate ao racismo, incorporado em um dos principais dispositivos legais da profissão.

A questão racial foi por muito tempo negligenciada nos espaços de discussão da categoria. Nesse sentido, o aprimoramento intelectual demarca o compromisso que as/os assistentes sociais devem ter no sentido de continuamente fortalecer o conhecimento sobre a totalidade da realidade e as contradições que perpassam as relações sociais e o cotidiano dos(as) usuários(as) atendidos(as). A compreensão do racismo estrutural então, é um elemento chave para desvendar essa realidade e a categoria como um todo deve ser motivada a empreender esforços nesse sentido.

As entidades da categoria, como órgãos representativos da profissão, também têm construído bases para proporcionar a apropriação sobre a questão racial para as/os assistentes sociais do país. Se destaca nesse sentido a campanha de gestão 2017-2020, deliberada pelo conjunto CFESS/CRESS, intitulada de “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, que buscou dar centralidade ao debate para promover a ampliação do conhecimento da categoria sobre as expressões do racismo e o aprofundamento do debate.

A ABEPSS também empreendeu esforços nesse sentido. Há de se destacar a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero Raça/Etnia e Sexualidades” em 2010 e o documento intitulado “Subsídios para o Debate sobre a Questão Étnico-Racial na formação em Serviço Social”. Além disso, desde o Movimento de Reconceituação, com o amadurecimento intelectual da profissão, a aproximação com as Ciências Humanas e Sociais particularmente com a tradição marxista, avançou-se no impulsionamento da pesquisa e produção intelectual na área.

4 A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE RACISMO

As reflexões e indicações sobre a produção intelectual de assistentes sociais sobre racismo, conforme explicitado na introdução, se dará a partir de dois eixos, tendo por base os artigos das(os) autoras(es) pesquisadas(os). O primeiro deles “Concepção de Racismo” e o segundo “Particularidade Socio-histórica brasileira”. O primeiro eixo se desenvolve a partir de quatro principais categorias analíticas, sendo elas: capitalismo; relações de trabalho; “questão social” e noção de raça.

A maioria dos artigos ao desenvolverem a compreensão sobre o que é racismo o relacionam diretamente com o capitalismo. O racismo então, é percebido como um fenômeno intrínseco à sociabilidade do capital, dinamizando e impulsionando o capitalismo tanto em seu processo de constituição como na organização de toda estrutura produtiva (MARTINS, 2014

e 2018).

Um sistema de dominação violento que mantém e justifica os níveis de desigualdade, possibilita a expansão das relações capitalistas, tanto no primeiro momento de acumulação primitiva como posteriormente para a “[...] exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global” (FAUTISNO, 2018, p. 153).

Além dessa imbricação, se pensarmos especificamente nas relações de trabalho, o racismo opera em certas ocasiões como um elemento que determina o desemprego (MARTINS, 2018), cumprindo a função de hierarquizar a força de trabalho (EURICO, 2017) sendo ainda fundamental para proporcionar a superexploração do trabalhador e da trabalhadora (FAGUNDES, 2020).

Isso demonstra como a questão racial impacta na divisão da força de trabalho, e não somente ela, tendo em vista a questão de gênero, indicação que se encontra em Costa e Rafael (2021) pois o racismo e o patriarcado são apreendidos como componentes que estruturam a “questão social” no Brasil, como conjunto de desigualdades produzidas pelo modo de produção mediadas pelas relações de gênero/sexo e raça/etnia.

Poucos artigos se ocupam de articular a “questão social” na formulação da concepção de racismo, mesmo que neles não haja a interpretação do racismo apenas como uma de suas expressões, apresenta-se timidamente a aproximação entre as duas categorias. Nesse sentido, destacamos e concordamos com as Gonçalves (2018) ao considerar que na particularidade brasileira a questão étnico-racial antecedeu e serviu como base de sustentação para a conformação da “questão social”.

Essas considerações não negam a manifestação do racismo nas expressões da “questão social”, apenas apontam para a necessidade de compreender que no Brasil a constituição do capitalismo não se deu através de um processo revolucionário em que diferentes classes mudaram a estrutura de organização das relações sociais. Muito pelo contrário, por mais que o modo de produção escravista portasse como um dos sentidos de sua existência, o atendimento aos interesses dos países colonizadores em que o capitalismo se consolidava, no chão concreto da realidade brasileira, a escravização e a racialização foram as responsáveis por dar outros moldes para a constituição da “questão social” que não aqueles da realidade europeia.

A exposição sobre a concepção de racismo dos(as) autores(as) também perpassam a apreensão da noção de raça. Sendo o racismo considerado universal e presente em todas as relações humanas, ele se manifesta sempre através de um denominador comum, critérios étnico-raciais que possibilitam e materializam a exploração de um grupo sobre o

outro, em outros termos, o que permite a manifestação do racismo em diferentes dimensões da vida é a raça (GOMES; MADEIRA, 2018.), pois é a atuação desta que faz com que o povo negro seja “[...] tratado de modo desigual do ponto de vista econômico, político, social e cultural. (EURICO, 2013, p. 294).

Vargas (2020) ao tratar da perspectiva da antinegitude, pensa o racismo como uma relação dinâmica, ao mesmo tempo que estabelece valores e sentimentos, também impacta valores e sentimentos e essa dinâmica produzida a partir da noção de raça.

Vale destacar que em alguns artigos há uma maior fundamentação que destaca a unidade entre classe e raça, presente em Fagundes e Ferreira (2021), Martins (2018) e Santos (2018). Compreendendo que não há como superar o racismo sem superar o modo de produção baseado na exploração do trabalho de uma classe sobre a outra. Isso não significa a rejeição do combate ao racismo que se expressa em múltiplas dimensões, mas reitera que a superação do racismo necessariamente pressupõe a construção de uma nova ordem societária.

O segundo eixo, “Particularidade Socio-histórica brasileira”, buscou compreender quais argumentos inscritos no chão da história são utilizados para fundamentar a concepção apresentada a partir das seguintes categorias analíticas: escravidão; colonialismo; relações de trabalho e ideologia.

O ponto de partida para muitos(as) autores(as) é refletir sobre a escravidão e o legado deste período histórico para formação social brasileira no que diz respeito as condições de existência da população negra. O país foi atravessado por uma profunda contradição, ao mesmo tempo que formalmente se fortaleciam as concepções liberais construídas em solo europeu, como forma de adequar o país à dinâmica internacional que se formava, também se mantinham resistências em relação ao fim do modo de produção escravista, mesmo este sendo incompatível com as relações de trabalho assalariado (EURICO, 2017).

Gomes e Madeira (2018) indicam que mesmo abolida, a escravidão se perpetuou no pensamento social brasileiro como argumento principal para explicar a condição de existência da população negra e a culpabiliza-lá. As autoras ressaltam a importância de não ignorar a atuação dessa população nos processos de resistência, pois, a violência sistemática exercida sobre os corpos negos não anulou a possibilidade de existência e resistência destes como sujeitos sociais ativos pela organização e construção de caminhos alternativos.

Para alguns autores(as) a apreensão sobre o período da escravidão também deve levar em consideração a aproximação da categoria do colonialismo. Enquanto Martins (2018)

interpreta ambos os processos como os responsáveis por produzir o racismo, Eurico (2017) aponta a escravidão como uma estratégia do sistema colonial constituída na fase de acumulação primitiva e mercantil do capital.

O sistema colonial se utiliza do racismo e da racialização nas circunstâncias de expansão das relações capitalistas de produção. É isso que demonstra Faustino (2018) ao apontar reflexões sobre as novas formas de colonização e exploração que se constroem mesmo com a conquista da Independência dos países colonizados. Os processos operados no colonialismo baseados na exploração e escravidão racializada não cessaram com o fim da relação formal de submissão da colônia para com a metrópole, apenas se transformaram.

No que diz respeito as relações de trabalho, Martins (2018 e 2014) ao pensar o racismo como um elemento que determina o desemprego e os espaços de trabalho precário, defende essa afirmação através da exposição das particularidades do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre na realidade brasileira. A autora, assim como Ortegá (2018), explicita que a partir desse momento histórico o racismo adquire uma nova dimensão, pois o Estado passa a financiar a política de imigração europeia para que estes impulsionem o embranquecimento da população e se constituam como os trabalhadores compatíveis como Brasil que ora se formava. Isso significou para a população negra a superexploração da sua força de trabalho, pois os únicos postos de trabalho possíveis eram os mais precarizados.

A cor era o elemento determinante dos postos de trabalho. A população negra encontrou dificuldades para se constituir inclusive como exército industrial de reserva (GONÇALVES, 2018), e os níveis de exploração também depende do padrão de pertencimento étnico-racial, isto é, quanto mais escura a cor da pele maior a exposição a trabalhos precários e desprotegidos (EURICO, 2020). Articula-se então uma divisão social e racial do trabalho (COSTA; RAFAEL, 2021).

Na construção desse segundo eixo foi possível perceber que a maioria dos artigos em algum momento tratam de como a racialização da população negra foi possibilitada pelo caráter ideológico do racismo.

A primeira indicação desse caráter ideológico nas particularidades socio-históricas se encontra também na transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, pois passa a ser necessário impulsionar a depreciação de ex-escravizados. Essa depreciação, justificada inclusive cientificamente (GOMES; MADEIRA, 2018), proporciona a busca por outra mão-de-obra que não aquela (GONÇALVES, 2018). A literatura nacional bem como o âmbito científico criam um arcabouço teórico que cria uma imagem social negativa do negro, o

“enxergando” sempre através de estereótipos que definem uma hierarquização racial que considera a população negra como inferior, preguiçosa, avessa ao trabalho, impura e não humana (EURICO, 2017; FAGUNDES, 2020; ROCHA, 2020).

Um segundo elemento notavelmente presente é o mito da democracia racial. Esta se configura como um instrumento ideológico que possibilita não só o controle social, mas também legitima a estrutura e justifica o pauperismo em que vive a classe trabalhadora negra no país (GOMES, MADEIRA, 2018; EURICO, 2018).

Para Ortegal (2018) o mito da democracia racial ergue um palco romântico regido por relações pacíficas e igualitárias entre brancos e negros. A dinamização desse pensamento no imaginário social, reforçado constantemente no cotidiano, na cultura e nas instituições (EURICO, 2013), ao mesmo tempo que potencializa as premissas liberais, em que as condições de existência são determinadas unicamente pelo mérito individual, tem o efeito de ampliar as possibilidades de aprofundar essa diferenciação nas condições de vida e existência entre negros e não-negros à medida que a justifica (FAGUNDES, 2020).

Eurico (2013; 2018 e 2020) faz apontamentos mais profundos sobre o racismo em sua dimensão institucional, assim como Ortegal (2018); Gomes e Madeira (2018), não desconsideram a necessidade de aprofundar a discussão para a existência do racismo como estrutural. Apontam para a importância de esmiuçar o debate sobre o racismo institucional, para que se produzam reflexões sobre a sua reprodução no cotidiano de intervenção profissional e se encontrem caminhos para seu enfrentamento e combate. Porém conforme Eurico, este fato não se desvincula da perspectiva de entendê-lo como um fenômeno que, na totalidade da vida social, está presente na estrutura, pressupondo então para sua superação, a construção de uma nova ordem societária, tal qual exposta no Código de Ética de 1993, “[...] sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p. 24).

5 CONCLUSÃO

Ao decorrer da pesquisa nos artigos selecionados que representam a produção intelectual de assistentes sociais no país, foi possível construir uma aproximação qualitativa de resposta ao problema. Conclui-se que os(as) autores(as) desenvolvem sua argumentação a partir de categorias comuns que visam dar a análise da questão étnico-racial uma análise histórico-crítica.

Pode se perceber que os elementos mais evidentes ao pensar a concepção de racismo, perpassam a compreensão de sua relação com a constituição do capitalismo em âmbito

mundial, principalmente através do que o processo de colonização significou para o desenvolvimento deste modo de produção, no caso brasileiro capitalismo periférico e dependente. Pensando especificamente a particularidade brasileira, a noção de racismo apresentada na produção intelectual da categoria se conecta com a apropriação do significado da escravização e do processo de transição para o trabalho assalariado no país. Além disso, os(as) autores(as) também requisitam o esclarecimento do papel que a *noção de raça* executa na história, sendo esta o fundamento para organizar principalmente, não exclusivamente, as relações de trabalho.

Pode-se constatar que os artigos de um modo geral não têm como centralidade apresentar uma concepção de racismo uniforme e estritamente definida, isso pode se dar tanto pela complexidade do próprio fenômeno, como possivelmente por entendê-la como um dado pressuposto. Isto não significa que esta concepção não esteja presente, pois a maioria dos artigos ao concentrar os esforços para falar sobre racismo a partir da exposição das particularidades socio-históricas brasileiras acabam indicando uma concepção do racismo como estrutural. Ao pensar sobre essas particularidades, a maior parte das análises perpassa a exposição da atuação ideológica do racismo na história do Brasil e a investigação do período de escravidão no país. Esta última por vezes concentrada no período de transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, outras dando prioridade para sua conexão com o colonialismo.

A pesquisa evidenciou o aumento da produção intelectual do Serviço Social sobre racismo nos periódicos de maior qualificação no país a partir de 2010. Ao mesmo tempo, esta produção intelectual da categoria expressa um amadurecimento no que diz respeito a apropriação da questão étnico-racial como central para interpretar a realidade brasileira. Se desde a década de 1980 assistentes sociais – articuladas ao movimento negro – no contexto da Virada da profissão, denunciavam a necessidade de posicionamento profissional em relação ao racismo, é só a partir do presente século que esse posicionamento ganha visibilidade no meio científico através dos veículos de divulgação de maior qualificação na área. Ao mesmo tempo, este fato pode ser percebido também através dos esforços das entidades da categoria que não só a representa como também expressa suas próprias demandas.

Ressalta-se que as bases para a construção dessa percepção sobre racismo devem necessariamente estar vinculadas à formação profissional. A questão étnico-racial não pode ser encarada como opcional, mas estar dialeticamente organizada na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social. Essa construção não é

somente responsabilidade das/dos assistentes sociais negras/os, visto que a maioria das produções intelectuais que tratam da questão étnico-racial são destas/es profissionais.

O processo de pesquisa e conhecimento nos permitiu ao mesmo tempo desnaturalizar pessoal e profissionalmente o tema do racismo, socializando a produção intelectual do Serviço Social na luta anticapitalista e antirracista no Brasil!

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

ALMEIDA, Magali da Silva; ROCHA, Roseli da Fonseca; BRANCO, Suelma Inês de Deus. Assistentes sociais negras na construção “da virada” do Serviço Social brasileiro. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (ORG). **Congresso da Virada e o Serviço Social hoje**: reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Cortez, 2019.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Assistentes Sociais no Combate ao Racismo**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf>. Acesso em: 19 de jul. de 2022.

COSTA, Renata Gomes da; RAFAEL, Josiley Carrijo. Questão social e sua particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado-racismo-capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 21, n. 42, p. 77-93, 2021.

DIAS, Sheila Almeida. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan/jun, p. 311 – 333, 2015.

EURICO, Marcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 290-310. São Paulo, 2013.

_____. Marcia Campos. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. **Ser Social**, v. 19, n. 41, p. 414-427. Brasília: 2017.

_____. Marcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 515-529. São Paulo: 2018.

_____. Marcia Campos. Tecendo tramas acerca de uma infância sem racismo. **Em Pauta**, n. 45, v. 18, p. 69-83. Rio de Janeiro: 2020.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. **Em Pauta**, n. 45, v. 18, p. 55-68. Rio de Janeiro, 2020.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves; FERREIRA, Carla Cecília Campos. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 62-76. Brasília (DF), 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **Ser Social**, v. 20, n. 42, p. 148-163. Brasília, 2018.

GÓES, Weber Lopes. Capitalismo e Racismo: uma discussão necessária. In: ELPIDIO; VALDO; ROCHA (Org.). **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico-racial em debate**. São Paulo: Annablume, 2021.

GOMES, Daiane Daine de Oliveira; MADEIRA, Maria Zelma de Araujo. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 463-479. São Paulo: 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, v. 21, n. 03, p. 514-522. Florianópolis, 2018.

LIMA, Telma C. Sasso; MIOTO, Regina Célia. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 37-45. Florianópolis, 2007.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, v. 19, n. 28, p. 113-132. Brasília (DF): 2014.

_____. Oposição entre as Lutas anticapitalista e antirracista: realidade ou erro de análise?. **Ser Social**, v. 19, n. 41, p. 275–295. Sergipe: 2018.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. **Katalysis**, v. 16, p. 17-27. Florianópolis, 2013.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/05/Dialetica-Radical-do-Brasil-Negro.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2022.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Robson de. **“Nasci Errado e Estou Certo”**: A presença da Eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro. 2019. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2019.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, n.133, p. 413-431. São Paulo, 2018.

ROCHA, Andrea Pires. Segurança e racismo como pilares sustentadores do Estado burguês. **Argumentum**, v. 12, n. 3, p. 10-25. Vitória, 2020.

SANTOS, Diogo Joaquim dos. Luta antirracista, unidade e transformação: um ensaio teórico. **Katalysis**, v. 21, n. 3, p. 594-601. Florianópolis, 2018.

SANTOS, Rosenverck Estrela. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões

introdutórias. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 34, p. 100-113. São Paulo, 2015.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. *In*: ELPIDIO; VALDO; ROCHA (Orgs.). **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista**: questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

SILVA, Sabrina Santana da. **Serviço Social e a produção intelectual sobre racismo no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso. UNIOESTE, Campus de Toledo, 2022.

VARGAS, João Helion Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Em Pauta**, v.18, n. 45, p.16-26. Rio de Janeiro, 2020.

,